



AS ELEIÇÕES AMERICANAS E O BRASIL

À beira de uma crise econômica e atolado em guerra, o mais influente dos países terá em novembro novo presidente. O economista Arthur Barrionuevo traça um panorama das implicações que essa troca de bastão pode ter para o Brasil

Por Arthur Barrionuevo

Os Estados Unidos têm um gravíssimo problema a resolver, de curto prazo, que é a crise financeira. E uma eleição naquele país tem impacto no mundo inteiro, inclusive no Brasil, especialmente quando existem problemas, sejam econômicos, sejam geopolíticos. Além da desregulamentação financeira, que provocou problemas no mercado imobiliário “subprime” (ligado ao crédito de alto risco) e repercutiu no mundo inteiro, a postura do governo americano atual na luta contra o terrorismo colocou certa instabilidade política no cenário internacional, principalmente com a invasão do Iraque. E existe, ainda, um terceiro ponto de discussão, que está sempre presente: a abertura do comércio. Essas são questões que repercutem no resto do mundo e que os três concorrentes à Presidência dos Estados Unidos no páreo até o fechamento desta edição de *Getúlio*, os democratas Barack Obama e Hillary Clinton, e o republicano John McCain) terão de enfrentar.

Crise financeira

A questão agora é evitar que os Estados Unidos entrem em uma crise profunda, o que teria impacto no resto do mundo. No Reino Unido, por exemplo, já houve um banco que foi nacionalizado para evitar quebra (o Northern Rock). É preciso saber como cada um dos candidatos à Presidência americana lidará com isso. Entre os economistas, não há consenso: há quem ache que a crise deve ficar mais grave, outros acreditam que será não tão grave, mas mais longa.

Os democratas talvez sejam os mais pragmáticos em termos de política econômica, porque são menos limitados, ideologicamente, a fazer alguma intervenção para evitar uma crise de longo prazo. Eles não irão nacionalizar um banco quebrado, isso é muito difícil. Mas, se a crise realmente se agravar, a questão da ideologia mais intervencionista ou menos, uma diferença entre democratas e republicanos, pode ter impacto sobre a administração dessa crise e sobre como ela influenciará a economia do resto do mundo.

Todos os candidatos acreditam que alguma medida fiscal ajudaria a combater a crise. A proposta do atual presidente, George W. Bush, de conceder incentivos de cerca de US\$ 150 bilhões, foi aprovada rapidamente no Congresso porque, entre outros motivos, era uma medida emergencial. Mas os debates entre os candidatos nos EUA têm diferenças sobre, primeiro, o impacto desse pacote – muita gente acredita que não será suficiente – e, segundo, sobre quem deve ser ajudado fiscalmente.

A reforma tributária feita pelo governo Bush aumentou o déficit americano porque reduziu a arrecadação. A crítica dos democratas é de que foi um incentivo que favoreceu principalmente os ricos. Existe um grande debate sobre que tipo de apoio e sobre como se vai fazer para administrar o déficit fiscal, porque, se de um lado os impostos diminuíram, de outro os gastos aumentaram por causa da guerra.

Os conservadores – e os republicanos são mais conservadores – são mais favoráveis a cortar impostos do que os

democratas. É uma posição ideológica clara, ligada à idéia de individualismo, de liberalismo econômico mais acen-tuado. Já os democratas estão mais pró-ximos das democracias da Europa Oci-dental, são mais favoráveis a uma rede de proteção social e a medidas fiscais que diminuam a desigualdade de renda. Quem vai pagar mais imposto? Essa é uma discussão que depende da posição do candidato, democrata ou republica-no. As diferenças são marcantes.

Até agora, quem tem lidado mais de perto com a crise é o banco central americano. A questão é que essa crise não é só um problema de liquidez. Há desequilíbrios entre ativos e passivos. Isso tem que ser tratado de maneira mais profunda. Por exemplo: como evi-tar que os ativos podres contaminem o resto dos ativos? É necessário verificar que espaço uma política fiscal poderia ter para ajudar a sanar esses prejuízos, que estão na mão das instituições finan-ceiras. Acredito que um democrata tem alguma vantagem para lidar com isso. É necessário alguém mais intervencionis-ta – mas o intervencionismo, por si só, não garante que se resolverá o proble-ma. Na verdade, alguém mais pragmá-tico, menos restritivo na hora de propor medidas fiscais, seja um candidato da direita ou da esquerda, com certeza pode ajudar a amenizar o problema.

A questão do livre-comércio

Nenhum dos candidatos será um presidente ultraprotecionista. O republi-cano provavelmente é mais favorável a um comércio mais livre, e os democratas tendem a ser mais protecionistas. Mas isso é verdade apenas em linhas gerais, ideológicas. Por exemplo, um grupo de pressão muito importante nos EUA é o dos agricultores do meio-oeste america-no, e uma parte deles é base eleitoral do Partido Republicano. O presidente Ge-orge W. Bush, que, por ser republicano, tenderia a ser menos favorável ao prote-cionismo, não cortou os subsídios desse grupo. Os políticos não tomam decisões baseadas apenas em ideais. Esse chavão de que os republicanos são mais pró-li-vre-comércio e os democratas são mais protecionistas não deve ser levado ao pé da letra. Há grupos de eleitores tanto dos democratas quanto dos republicanos que querem algum tipo de proteção.

No passado, todos os economistas, os liberais – “liberais”, nos termos americanos, que significa “de esquer-da” – e os conservadores, chegaram a um consenso a favor do livre-comércio. Poucos especialistas eram protecionistas; os mais importantes eram a favor. Hoje eles já discutem. Mostram que, embora o livre-comércio possa trazer ganhos para todo mundo, esses ganhos podem ser diluídos de maneira muito desigual, inclusive com a possibilida-de de muita gente perder. Vem daí a preocupação dos americanos com o emprego quando a produção é trans-ferida para a Índia, no caso de serviços de informática, por exemplo.

O crescimento da demanda da Índia, da China e de outros países asiá-ticos vinculados a essas economias é que está puxando o crescimento mun-dial. Com isso, os EUA vão perden-do participação relativa na economia mundial; e essa tendência continuará. Então, a demanda desses países por commodities, em que o Brasil é mais forte no campo de exportações, cresceu. A Ásia, com seu dinamismo, cer-tamente vem ganhando importância; a União Européia também, com a in-corporação de novos países-membros. Mas o estado da economia americana é fundamental. Existe contágio: o que acontece nos EUA não pode ser igno-rado pelos outros.

A discussão sobre livre-comércio deve esquentar e, com o tempo, os EUA talvez possam tomar alguma decisão em relação a isso. Mas as preocupações agora são a crise financeira e como re-solver o problema do Iraque.

Questões de geopolítica

Em relação à guerra do Iraque e aos problemas geopolíticos ligados ao combate ao terrorismo, é preciso saber como cada candidato vai lidar com isso. Parece-me que o desejo da população dos Estados Unidos é que o país saia do Iraque o mais rápido possível, mas isso é difícil. Nem os candidatos democratas, mais favoráveis a uma posição de saída mais rápida, vão deixar de levar em con-sideração o que acontecerá depois; ins-taurar um caos no Oriente Médio não é desejo de ninguém. Por isso, é difícil dizer como cada um dos candidatos irá agir se for eleito.

Mas existe diferença entre os can-didatos americanos a respeito da guer-ra do Iraque. McCain acredita que a opção militar vá continuar por muito tempo. Obama diz que irá chamar os inimigos dos EUA no Oriente Médio para conversar.

Sou favorável a alguém menos orto-doxo em relação aos inimigos, em re-lação a essas bobagens do discurso do “eixo do mal”, todas essas maluquices a que temos assistido. O ideal seria que se usasse o que se faz numa diploma-cia, ou seja, usar a realpolitik e chegar a acordos, mesmo com os adversários. Nesse sentido, a proposta do Obama parece interessante. Mas os inimigos querem conversar? Será que o Irã quer conversar? A Síria quer conversar? Não sei o que responder. Intuo. Se os EUA realmente conseguirem atrair esses pa-íses para um debate e para um acordo mais amplo, pode ser interessante, uma saída razoável. Mas ainda não se sabe se isso será viável.

No caso dos adversários dos Estados Unidos na América Latina, a situação é diferente. Como há alguns regimes com posição antiamericana, como o de Hugo Chávez, na Venezuela, e outros mais, contar com o Brasil – que é o país mais importante da América do Sul, ou da América Latina, dependendo do ponto de vista – fazendo uma certa intermediação é uma situação que tende a ser vista com bons olhos pelos Estados Unidos, o que se pode notar inclusive por declarações de diplomatas america-nos. O Brasil ajuda a diminuir a tensão quando isso se fizer necessário.

Já em relação ao objetivo do governo brasileiro de obter uma vaga permanen-te no Conselho de Segurança da Orga-nização das Nações Unidas, os ameri-canos têm uma posição clara, de não ampliar esse órgão. Não é uma posição de governo, mas de Estado. A vitória de um ou de outro candidato pode mu-dar a ênfase que se dará à questão, mas existe uma linha de continuidade, prin-cipalmente para um país que tem uma estratégia, como é o caso dos Estados Unidos, que nem poderia deixar de ter, tendo em vista a influência que exerce sobre o mundo inteiro. 

*Depoimento concedido ao jornalista
Sílvio Crespo*